

# ASFOC FIOCRUZ



**A cara da reforma**

## OS SENHORES DOS ANÉIS

ALGUNS MILITANTES da esquerda revolucionária anticapitalista alimentavam uma crença que, hoje, talvez soe como um mito paranoico dos tempos da guerra-fria:



Foto: Internet

ses, europeus, asiáticos, africanos, cidadãos de todos os continentes e países deste nosso mundo.

Os capitalistas decidem; e seus títeres executam.

De quem os dedos oferecidos primeiro ao sacrifício? Já é hora dos anéis ou bijuterias bastam para começar?

### BRASIL 2003

Alguns militantes da esquerda alimentam uma crença:

“Não se pode mudar tudo de uma hora para outra, é um estágio para se construir a governabilidade necessária às grandes mudanças, logo virão os sinais de que a esperança não foi em vão”.

Qualquer contestação, mesmo um questionamento mais enfático, para muitos que estão hoje no governo, não passa de um mito estóico dos tempos em que se lutava pela revolução socialista.

Pode ser, mas, escudado por um suposto pragmatismo, o governo Lula tem tomado decisões que dificilmente se encaixam no projeto pelo qual lutamos de modo pertinaz, cuja vitória, há pouco, festejávamos cheios de esperança.

No último editorial usamos uma frase de Lula no discurso de posse: “Sou agora o servidor público número um do meu país”. Com sua reforma da previdência, o reajuste de 1%, oferecendo até mais do que pede o FMI e culpando o setor público pelo déficit da Previdência que alega existir, o atual governo só conseguiu injustiçar ainda os servidores.

Os debates promovidos pela ASFOC e o artigo da Deputada Jandira Feghali que publicamos nesta edição podem nos ajudar a compreender melhor os caminhos da luta com Lula lá. E os servidores da Fiocruz já afirmaram, em Assembléia, que discordam da forma como está sendo conduzida a Reforma da Previdência.

Uma coisa é certa, e as comemorações do 1º de Maio nos ajudam a lembrar disso:

A luta organizada dos trabalhadores é capaz de transformar a esperança em ação e mudar A CARA DA REFORMA.

“Entre os capitalistas, aquela meia-dúzia que verdadeiramente decide os destinos da humanidade, há os que preferem ceder os anéis a perder os dedos com que contam cada nota de seu butim”.

No mundo atual, globalizado sob a hegemonia capitalista, isso seria algo como permitir, finalmente, um trabalhador no poder, um líder sindical, um operário na Presidência da República de um país periférico. Certa liberdade política, algum paliativo para conter a revolta da miséria; mas tudo com civilidade, de preferência com cartas-compromisso bem claras quanto à garantia de que os negócios vão continuar indo bem.

Ou fazer como no Iraque. Só a guerra de destruição e morte poderia garantir que o mundo continuasse no rumo planejado por aqueles que não hesitam em perder dedos e corpos inteiros de seus jovens combatentes para defender e aumentar seus lucros.

Mas a violência no Rio de Janeiro, nas grandes cidades brasileiras em geral, faz mais vítimas que qualquer guerra convencional.

Quem fabrica as armas que permitem o terror?

Quem faz um aparelho de televisão, um pirulito que seja, pode saber quem vendeu e quem comprou, pode rastrear onde está ou esteve o seu produto. Basta confrontar o número de fabricação do produto com a clientela de seus distribuidores e vai acabar chegando ao Juquinha lambuzado de doce, assistindo um desenho animado na TV.

Por que não fazer o caminho inverso? Partir do menino lambuzado de sangue, diante do banguê-banguê da vida real e apresentar a conta ao fabricante do fuzil, da granada, de qualquer das armas de última geração que infernizam a vida de gerações e gerações de brasileiros...

Quanto e como deve ser utilizada a riqueza gerada pelo trabalho de milhões de brasileiros, iraquianos, estadunidenses,

## ESPAÇO UNIFOC

### Nem tudo que reluz é ouro

Antonio Humberto da Costa

Não vamos aqui utilizar este Espaço para falar do retrocesso que foi o obscuro 1964-1984; contudo, é bom lembrar, uma parcela imensa do que é hoje a população brasileira participativa, viveu aqueles dias nebulosos na crença que dias melhores viriam.

Terminado aquele espaço de 20 anos, que mais pareceu um século sem fim, nós, aqui da Fiocruz, começamos a respirar e sentir, literalmente, liberdade; passamos a ter uma ASFOC revigorada e ocupando os espaços que Ela, por direito, merecia. Enfim, a Comunidade de Manguinhos, voltava a ter a credibilidade e o respeito da sociedade, que, diga-se a bem da verdade, jamais deixou de prestigiá-la, apesar de tudo que quiseram lhe impingir os Salvadores da Pátria.

Com o correr dos anos, verificamos que, embora tenha alcançado melhoria na qualidade de vida e no desenvolvimento tecnológico, o Brasil continua a ser uma nação em busca de acabar, principalmente, com a desigualdade social e a miséria que nos entristece e nos envergonha.

Lutamos contra o neo-liberalismo e vencemos (?); lutamos contra o medo e vencemos com a esperança (?); lutamos por uma política igualitária, justa e sem pressão dos escalões superiores, e, será que vencemos ?

Por muitos anos, criticamos os rumos da política externa, atrelada ao FMI; que, dito por nós, era o entrave da nossa Economia. Agora o FMI nos aplaude ... é, pode ser.

Temos as taxas de juros mais elevadas do mundo; servindo, diretamente, aos interesses de quem?

O rolo compressor político, tão criticado ontem por nós é hoje a arma principal do Governo. Figuras que até então achavam que a discussão só terminava quando houvesse consenso e que a verdadeira democracia é respeitar o direito da minoria, hoje pregam que só a maioria prevalece – e fim. Não confundir direito de minoria com radicais e xiítas.

Ninguém duvida da sinceridade e da honradez do Presidente Lula; contudo, quando olhamos para a sua equipe de Governo, a nossa confiança diminui ... e como diminui.

As reformas da Previdência e Tributária estão sendo lançadas no Congresso onde, esperamos, possam se adequar aos interesses de todos. Mas é bom não ter muitas ilusões; pois, para muitos Donos da Verdade, é mais fácil tapar o sol com a peneira do que aprovar reformas que mais tarde possam vir prejudicar seus interesses; pois assim fica mais prático para eles.

É do conhecimento de todos que o Rombo da Previdência não é a Seguridade Social. Assim, repetindo a fábula, “o Lobo e o Cordeiro”, mais uma vez, o grande Vilão da Previdência continua sendo o Aposentado. Será que este filme rancoroso, perverso, repetitivo e inconstitucional não cansa ? – Parece até história herdada do neo-liberalismo.

Os neo-liberais devem estar achando que nós piramos de vez. Afinal de contas, não fomos sempre contra a taxação dos aposentados ? – Parece até samba do Crioulo Doido.

Desesperar, jamais; contudo, a velha máxima cala profundamente em nossos corações: ... “nem tudo que reluz é ouro”...

#### DIRETORIA DA ASFOC

**Rita Mattos**  
Diretora Geral  
**Rogério Lannes Rocha**  
Vice-Diretor  
**Luiz Mauricio Baldacci**  
Diretor Secretário  
**Justa Helena B. Franco**  
Diretora Administrativa  
**Paulo César C. Ribeiro**  
Diretor Sócio-Cultural  
**Lúcia Helena da Silva**  
Diretora de Assistência  
**João Carlos “Profeta”**  
Diretor de Esportes

**SUPLENTE**  
Marco Antonio C. Menezes  
Alcimar Pereira Batista  
Cláudio Guilherme  
Paulo Henrique S. Garrido  
Umberto Trigueiro Lima  
Márcia Maria A. Pimenta  
Murilo Martins Krawczuk

**CONSELHO FISCAL**  
Alex Alexandre Molinaro  
Álvaro Fúncia Lemme  
Rita Regina Guimarães  
Gutemberg W. de Brito  
Cristiane Moneró

Tels: (21) 2290-7347  
jornalismoasfoc@bol.com.br

**Editor**  
Gustavo de Carvalho  
(Mtb 17627)

**Repórter**  
Alexandre Gabeira  
**Programação Visual**  
Flávio Tavares

**Fotos**  
André Telles  
**Divulgação**  
Alexandre Costa  
**Impressão**  
Gráfica Folha Dirigida

As informações contidas nos artigos assinados e informes publicitários são de inteira responsabilidade de seus autores.

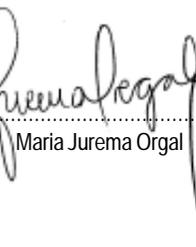
# Balanço Patrimonial

Exercícios de:	2001	2002
<b>Ativo</b>	<b>1.970.246,69</b>	<b>1.826.217,21</b>
<b>Circulante</b>	<b>1.668.248,73</b>	<b>1.507.600,25</b>
<b>Disponível</b>	<b>1.101.527,55</b>	<b>1.110.087,48</b>
Caixa	3.672,42	2.495,32
Bancos C/Movimento	1.736,41	2.162,43
Aplicações Financeiras	1.096.118,72	1.105.429,73
<b>Realizável</b>	<b>543.009,96</b>	<b>370.599,85</b>
Adiantamentos	14.096,10	28.376,51
Contas A Receber	346.867,87	133.600,61
Depósito Judicial	16.101,08	16.101,08
Adiantamento De Salários	165.944,91	192.521,65
<b>Estoque</b>	<b>11.498,02</b>	<b>14.331,28</b>
Material De Consumo	6.745,87	7.585,47
Material Promocional	4.752,15	6.745,81
<b>Desp.exerc.seguinte</b>	<b>12.213,20</b>	<b>12.581,64</b>
Despesas Antecipadas	10.752,68	11.225,49
Seguros A Vencer	1.460,52	1.356,15
<b>Permanente</b>		
<b>Imobilizado</b>	<b>301.997,96</b>	<b>318.616,96</b>
Móveis E Utensílios	170.896,96	170.079,60
Deprec.acum.móveis E Utensílios	(88.941,47)	(95.625,61)
Veículos	37.100,00	37.100,00
Deprec.acum.veículos	(10.424,90)	(17.844,86)
Móveis E Utens.subsede Salvador	4.560,45	4.818,45
Deprec.acum.subsede Salvador	(1.752,92)	(2.145,48)
Móveis E Utens.subsede B.horizonte	6.572,40	6.572,40
Deprec.acum.subsede B.horizonte	(608,96)	(1.248,32)
Móveis E Utensílios Subsede Recife	5.919,87	6.647,95
Deprec.acum.subsede Recife	(1.579,38)	(2.196,45)
Linhas Telefônicas	14.186,29	14.186,29
Programas E Sistemas	30.181,80	35.509,81
Amortização Programas E Sistemas	(8.042,29)	(13.639,57)
Equipamentos De Informática	57.619,68	58.312,03
Deprec.de Equip.de Informática	(32.769,71)	(39.758,12)
Benfeitorias	215.627,62	279.119,70
Deprec.acum.benfeitorias	(96.547,48)	(121.270,86)

Exercícios de:	2001	2002
<b>Passivo</b>	<b>(1.970.246,69)</b>	<b>(1.826.217,21)</b>
<b>Circulante</b>	<b>(304.681,35)</b>	<b>(161.496,64)</b>
<b>Contas A Pagar</b>	<b>(47.317,21)</b>	<b>(14.587,62)</b>
Contas A Pagar Diversas	(35.465,13)	(3.895,95)
Comitê Da Fome	(5.097,08)	(4.271,67)
Receitas Antecipadas	(6.755,00)	(6.420,00)
<b>Folha De Pagamento</b>	<b>(104.691,36)</b>	<b>(6.684,01)</b>
Salários À Pagar	(103.550,15)	(5.342,60)
Pensão Alimentícia	(1.141,21)	(1.341,41)
<b>Obrigações Tributárias</b>	<b>(5.424,44)</b>	<b>(9.148,08)</b>
Imposto De Renda Retido Na Fonte	(5.424,44)	(9.148,08)
<b>Obrigações Sociais</b>		
Inss À Pagar	(52.303,63) <b>(73.670,79)</b>	(32.249,88) <b>(56.239,29)</b>
Fgts À Pagar	(18.570,48)	(20.838,49)
Pis À Pagar	(2.796,68)	(3.150,92)
<b>Contas Corrente</b>		
Seguro De Vida À Pagar	(63.393,91) <b>(73.577,55)</b>	(65.882,42) <b>(74.837,64)</b>
Fioprev Plano De Saúde	(10.183,64)	(8.955,22)
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>(1.665.565,34)</b>	<b>(1.664.720,57)</b>
Fundo Patrimonial Próprio	(1.665.565,34)	(1.664.720,57)

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2002

  
 Vânia da Conceição Dornellas Buchmuller

  
 Maria Jurema Orgal

## Demonstração de Resultado

Exercícios de:	2001	2002
<b>Receitas</b>		
<b>Depto.administrativo</b>	<b>663.781,92</b>	<b>584.041,49</b>
	30.175,00	41.867,00
Depto. Sindical	532.988,20	658.577,74
Depto. Creche	2.483.505,72	2.883.210,72
Depto. Sócio Cultural	28.259,07	28.861,00
Depto. Comunicação E Divulgação	320,00	700,00
<b>Total</b>	<b>3.739.029,91</b>	<b>4.197.257,95</b>

Despesas	2001	2002
Depto. Administrativo	(629.763,53)	(676.124,89)
Depto. Esportes	(187.144,99)	(199.984,63)
Depto. Sindical	(187.115,62)	(221.489,38)
Depto. Odontológico	(25.404,78)	(27.233,75)
Depto. Jurídico	(168.817,62)	(138.053,80)
Depto. Creche	(2.424.467,85)	(2.698.833,42)
Depto. Sócio Cultural	(210.713,66)	(216.341,88)
Depto. Comunicação E Divulgação	(132.306,09)	(158.791,42)
<b>Total</b>	<b>(3.965.734,14)</b>	<b>(4.336.853,17)</b>

Receitas/Despesas Financeiras	2001	2002	Total	2001	2002
Receitas Financeiras	187.881,55	189.590,31	<b>Total</b>	<b>158.136,15</b>	<b>138.750,45</b>
Despesas Financeiras	(29.745,40)	(50.839,86)	<b>Resultado Do Período</b>	<b>(68.568,08)</b>	<b>(844,77)</b>

# Mitos e Verdades da Previdência Social

*Jandira Feghali*

Cautela, informação e definição clara de objetivos, devem orientar o debate a cerca da propalada “Reforma da Previdência”. Sempre ouvindo, estudando e aprendendo, sinto-me no dever de contribuir com o presidente Luís Inácio Lula da Silva, que ajudamos a eleger depois de muita luta, na certeza de que seremos ouvidos. Enfrentamos durante oito anos, argumentos, que precisam ser desnudados para que possamos superar nossos desafios. Precisamos inicialmente enfrentar alguns mitos e armadilhas, expondo dados e afirmando conceitos. O Sistema previdenciário brasileiro foi construído em muitas etapas, com acúmulo de conquistas e erros, mas atingiu no texto constitucional um claro objetivo de apontar a Previdência Social como um sistema de proteção social solidário, com olhar para atuais e futuras gerações, estabelecendo que a aposentadoria deve ser um benefício a ser usufruído com qualidade de vida e tranquilidade após interrupção da atividade laboral e não um breve pré-anúncio da interrupção da vida. São quatro os argumentos, que têm retirado da análise a devida transparência e verdade, nublando qualquer possibilidade de avançarmos no caminho mais justo.

Primeiro a urgência da reforma previdenciária, sem o que não podemos sair da crise econômico-financeira do país, até mesmo a tão necessária redução da taxa de juros. Sabe a sociedade brasileira que as razões estruturais que nos levaram à atual situação, nada tem a ver com as regras previdenciárias. A lógica que balizou a economia brasileira na última década, para ser bem sintética e simples, vendeu ao povo brasileiro, inebriado pela inflação zero, a ilusão de investimentos produtivos do capital financeiro atraído de fora, determinou falsa paridade cambial, juros altos, quebra do parque produtivo, falências e concordatas. O dramático resultado já conhecemos e acabamos de rejeitá-lo nas urnas. A farra lucrativa de poucos grandes bancos choca a sociedade no contraponto de sua miséria.

A seguridade social tem sido um dos poucos sustentáculos da renda familiar brasileira nesta turbulenta e perversa fase da vida. Um forte instrumento dos brasileiros contra a onda liberalizante da economia e dos direitos sociais. Ao contrário do que se afirma, a crise brasileira só será solucionada com a quebra da lógica macro-econômica, nada tendo a ver com a estrutura previdenciária, que se fosse totalmente alterada em nada melhoraria o país, ao contrário, traria resultados no sentido inverso. Tem sido a seguridade, a vítima dos pilares econômicos atuais, já herdados dos últimos dez anos, como fonte ilegal e ilegítima de constantes desvios promovidos oficialmente, para compor o chamado superávit fiscal. Em 2003 há uma previsão de arrecadação em contribuições sociais da ordem de R\$ 179 bilhões deste total R\$ 12 bilhões somam a parcela desvinculada. Aí sim, é dada a necessidade de gritar e impedir que o valor cada vez mais aviltado dos benefícios previdenciários, seja suporte dos lucros financeiros. Aí sim está a urgência.

A segunda argumentação recai sobre a situação explosiva e de iminente falência da Previdência Social. Nova inverdade. Apesar da voracidade do governo anterior em servir ao capital financeiro e não cumprir a sua parte do orçamento fiscal na composição do orçamento global da seguridade social, esta apresentou em 2002 um superávit de 48 bilhões de reais, de acordo com dados do SIAFI. E continua superavitária mesmo que aí computássemos todos os gastos com o regime dos servidores públicos. A análise dirigida de receita e gasto no regime próprio dos servidores civis, atualmente na pauta cotidiana da grande imprensa, aponta tendência de curto prazo, mesmo nas regras atuais, um crescimento mínimo de gastos com pessoal ativo e inativo e redução do chamado “déficit” específico frente ao PIB.



**A Deputada Jandira Feghali participou dos debates no Pavilhão Arthur Neiva e no IFF**

Mesmo nos entes federativos qualquer análise de mudança requer muita calma, na medida em que as alterações até aqui aventadas, aumentarão brutalmente o desequilíbrio de seus caixas de previdência.

A terceira argumentação, que se transformou numa verdadeira armadilha é misturar e confundir direitos com privilégios. A história do Brasil é marcada pela concessão de privilégios gravíssimos que atingiram de forma grandiosa o papel do Estado Brasileiro como um interventor a serviço de grupos econômicos privados nacionais e estrangeiros, fazendo dos impostos, tributos e estruturas públicas, instrumentos de enriquecimento ilícito de grupos e indivíduos. Recentemente até mesmo um vocabulário inovador nos meios de comunicação, tratou de humanizar e aproximar, um ente distante das grandes camadas populares, o tão famoso mercado, que chamado de nervoso, ansioso ou calmo, tratou de se salvar na especulação com vultuosos recursos arrecadados do povo brasileiro. Estes privilégios não foram engendrados pelas forças de esquerda, nem mesmo pela grande maioria dos servidores

públicos. Até o degenerado comportamento dentro do universo das instituições públicas, que infelizmente uma parte dos servidores incorporou, teve como exemplo as mais altas autoridades da República, nos três poderes, isto para não remontar ao período imperial. Privilégios são indefensáveis e devem ser enfrentados com a força da decisão política e utilizando-se do arcabouço de leis já existentes e até mesmo com as alterações legais que se fizerem necessárias para balizar decisões judiciais e administrativas.

A quarta, quanto aos regimes de capitalização como formadores de poupança nacional, principalmente quando os fundos de pensão limitam-se ao mercado privado, cujos compromissos não são necessariamente com o Brasil, nem com o setor produtivo, e o mais grave, não permite ao poder público o comando dos investimentos. O mundo está cheio de exemplos que demonstram a inexistência de relação entre os fundos privados e crescimento econômico, sendo o contrário observado na América Latina e alguns países da Ásia,

que na crise mostraram a verdadeira relação com a macroeconomia vigente.

Queremos debater direitos e deveres, e os ajustes que sejam necessários para viabilizar sistemas justos. No regime geral de previdência social as mudanças devem ocorrer no sentido de incluir quem está fora, a começar pela geração de empregos formais, ou seja fazer crescer a economia e estabelecer critérios mais acessíveis a população de baixa renda. Definir o índice de ajuste das aposentadorias, que vem perdendo seu poder aquisitivo e repensar o teto de contribuição e benefícios, que deve ser aumentado e referenciado em número de salários mínimos. Ampliaríamos assim receita pública e diminuiríamos os riscos destes direitos, se jogados no mercado.

O regime próprio dos servidores deve ser primeiramente tratado no âmbito conceitual, qual seja, a reconstrução do Estado Nacional. O servidor público não é um servidor dos governos, senão do povo através da sua vinculação ao Estado. A carreira pública enseja especificidades bastante diferenciadas do setor privado. A não cumulatividade de funções na grande maioria das carreiras, a exclusividade, a inexistência de direitos como FGTS, o teto salarial e seus ajustes ou congelamentos salariais definidos unilateralmente pelo governo, a existência ou não de planos de cargos e salários de iniciativa exclusiva do executivo, como também a exigência de qualificação crescente e ingresso por concurso público. Ou seja, ser servidor público é uma opção de vida, que precisa de estímulo e garantias para o percurso e final da carreira. Não é sem razão que a previdência do setor público está tratado no capítulo constitucional que discorre sobre organização do Estado e não no capítulo da seguridade social. As distorções do empreguismo feitas durante o período autoritário e a perda de compromisso de parte do funcionalismo com a população não podem servir de pre-conceito e trampolim punitivo em questões estruturais. Maus serviços ou maus funcionários devem ser tratados

com o rigor que uma administração paga pela sociedade deve ter.

O recente e amplo desmonte do Estado brasileiro precisa colocar no alvo a imagem do servidor, promover demissões e terceirizar a função pública. E isto foi feito para prejuízo geral. A reconstrução deve considerar a reestruturação de um quadro funcional próprio estimulado e valorizado e com controle social, cumprimento de sua missão de bem atender a sociedade na ponta dos setores estratégicos como saúde e educação, vida e formação de cidadania. Isto resultará em aumento de receita para a sustentabilidade das aposentadorias e pensões. Atualmente temos um importante passivo e a proposta redução do número de ativos, deslocada para contratos temporários, deve ser revertida. A vergonhosa desorganização administrativa, já atinge vinte e duas formas diferentes de contratação pelo poder público.

Com fontes diferentes de custeio, e importantes diferenças na relação com o Estado, a unificação dos regimes público e privado carece de sustentação política, jurídica e atuarial. O direito à aposentadoria integral, também obriga a contribuição dos servidores sobre o total dos

vencimentos. Importante fonte de receita para o caixa público, na medida em que 60% dos servidores ganham abaixo do teto definido para o regime geral privado e os que ganham acima, se limitados, além de nivelados em patamar inferior, deslocariam esta receita para o mercado financeiro privado, retirando o aspecto solidário desta contribuição aos atuais inativos e pensionistas. Claro que os donos das instituições financeiras aguardam ansiosamente por este público com razoável estabilidade de emprego e capazes de financiar numa responsabilidade e risco individuais, as gordas contas destes senhores. Sem contar que, levariam aos entes públicos federal, estaduais, municipais e distrito federal o imediato desembolso para o INSS como empregadores e aos bancos como patrocinadores de recursos, e aumentariam o tão divulgado “déficit” dos

regimes próprios, quebrando nesta feita, vários destes entes. Preocupa-nos agudamente a repercussão dessas alterações sobre o Regime Geral de Previdência Social, que não será preservado quando não houver qualquer sustentabilidade para o passivo do regime próprio, achando ainda mais o teto e o valor dos benefícios. Ou seja, desmontamos os dois.

Dentre as várias alterações feitas em 98, recorro aqui duas que tiveram nosso voto favorável. O aumento de carências de tempo no serviço público e no cargo como condição para a aposentadoria integral e suspensão de pensões vitalícias para filhas de militares. Ajustes podem e devem ser feitos, averiguando novos e maiores prazos de carência, valor das contribuições, critérios e regras contidas no regime dos militares, que também tem suas especificidades. E se queremos discutir poupança nacional via fundos de pensão, instituímos a previdência complementar pública com critérios democráticos, responsáveis e transparentes de gestão, o que já é objeto de uma proposta de emenda constitucional que apresentamos ao parlamento brasileiro.

Nenhuma reforma deve ser feita, numa área tão sensível e complexa, sem que interrompamos a lógica que informou os discursos e ações dos governos anteriores, cujo objetivo principal foi reduzir o papel do Estado e deixar “calmo e feliz” o amigo mercado. O nosso presidente e o governo cuja base parlamentar nos inclui, deve ter a cautela e a generosidade e acima de tudo sensibilidade e coragem necessárias, para não permitir que os “reformistas da atual oposição” aprofundem com falsos argumentos, o desmonte do Estado e a quebra de direitos. Faremos as mudanças necessárias, desde que sejam sustentadas nos pilares de fortalecimento da Previdência pública, inclusão dos que hoje estão fora da proteção social, e da reconstrução do Estado Nacional.



Ano	Déficit (% PIB)
2003	0,99
2005	0,92
2010	0,75
2015	0,50
2020	0,43
2025	0,37
2030	0,35
2036	0,33

## Debates mostram que reforma é injusta

Para aprofundar as discussões acerca da Reforma da Previdência, a ASFOC promoveu dois debates, no IFF (24/03) e no Campus (28/04). A deputada federal Jandira Feghali (PC do B/RJ) participou de ambos e dividiu a mesa com João Carlos Bezerra de Mello, da Unafisco, no primeiro, e com Eduardo Alves, da Condsef, e Arão da Previdência, advogado da ASFOC, no último (foto). Para os debatedores, a pressa com que o governo Federal está tratando esta reforma é injustificada pois não resolve o problema fiscal, enquanto outras reformas que seriam mais importantes, como a Tributária, estão sendo menos profundas. Ainda, os argumentos para se alterar as regras para a aposentadoria dos servidores públicos estão distorcidos - não há déficit na previdência, afirmam todos. Estas, e outras questões, estarão na cartilha que a ASFOC está preparando sobre a previdência. Até o final de maio, a Associação vai convocar uma Assembléia Geral para discutir e traçar a estratégias de enfrentamento da questão.

### Arão, Jandira, Rita e Eduardo debatem a Reforma da Previdência



# Saiba como está o andamento das ações judiciais impetradas pela ASFOC em seu benefício

## FGTS

### Como andam as ações ?

A ASFOC tem uma ação geral que beneficia a maioria dos servidores e que já foi julgada favorável nas duas instâncias da Justiça Federal. Atualmente, está tramitando um recurso da CEF, que quer levar a questão aos tribunais superiores. É importante ressaltar que esta ação manda pagar os quatro planos econômicos que expurgaram a inflação dos períodos nos cálculos do saldo do FGTS. Para quem se encontra nessa ação a ASFOC sugere aguardar o resultado dos recursos. Os que não estão fora deste pleito devem procurar o Departamento Jurídico da ASFOC, que está elaborando ações individuais e ajuizando no Juizado Especial Federal (JEF) para o levantamento do valor disponível na CEF, em uma única parcela e sem o deságio. Os postulantes devem trazer os seguintes documentos: último contracheque, carta de aposentadoria, cópia da CTPS, extrato da conta do FGTS da época dos dois planos (janeiro de 1989 e março de 1990) que podem ser retirados no banco onde estava a conta antes de migrar para a CEF. Este procedimento só é válido para quem não assinou o acordo proposto pelo governo FHC.

*O processo tem o nº 9702375800 no TRF onde aguarda recurso.*

**28,86%**

### Em que fase está a execução dos cálculos do precatório ?

Os cálculos dos atrasados feitos pela consultoria contratada pela ASFOC foram apresentados para a execução do precatório - para quem tem a receber acima de 60 salários mínimos - por serem incontroversos. Para quem tem saldo inferior a 60 salários mínimos, existe a possibilidade de receber ainda este ano, porque, até esse valor, o trâmite é feito por ofício requisitório e não através de precatório.

O processo é o de nº 950023279-0 e se encontra em fase de execução na 12ª Vara Federal.

## GDACT

### Qual o percentual a ser incorporado no contracheque dos aposentados e pensionistas ?

Quando o governo criou a GDACT (Gratificação de Desempenho de Atividade de Ciência e Tecnologia), em 1999, ela era exclusivamente para os servidores em atividade, demonstrando um claro objetivo de excluir os aposentados e pensionistas, ofendendo uma imposição Constitucional que proíbe qualquer concessão benefício aos ativos sem a devida extensão aos aposentados, princípio conhecido como isonomia. Isto é o que foi reclamado na ação judicial da ASFOC e concedido pelo Tribunal Regional Federal (TRF). Em função disso, o percentual a ser incorporado pelos aposentados e pensionistas é o mesmo que atualmente recebem os servidores em atividade (até 35% - Nível Superior / até 15% - Nível Intermediário), ou seja, o correto será o percebimento total da gratificação, pois não estão mais sujeitos à avaliação de desempenho. No entanto, para evitar uma discussão que poderia postergar o início do pagamento da Gratificação, o percentual a ser percebido imediatamente poderá ser de, no mínimo, 70% do valor total da GDACT, ou seja, o percentual institucional, estendido à todos os servidores ativos, independente de avaliação de desempenho, a partir de 2001.

Quando o governo criou a GDACT (Gratificação de Desempenho de Atividade de Ciência e Tecnologia), em 1999, ela era exclusivamente para os servidores em atividade, demonstrando um claro objetivo de excluir os aposentados e pensionistas, ofendendo uma imposição Constitucional que proíbe qualquer concessão benefício aos ativos sem a devida extensão aos

## Imposto do Renda

### Como fica a declaração de ajuste anual do IRPF, considerando a ação judicial que manda atualizar a tabela ?

Segundo o delegado da Receita Federal do Rio de Janeiro, as alternativas para quem feza declaração normalmente são: fazer uma declaração retificadora com as novas alíquotas ou requerer administrativamente na Receita a devolução valor pago. Esta última é a alternativa que a ASFOC considera mais viável, porque evita a inclusão do contribuinte numa possível malha fina.

*O processo tem o nº 200051010131101 na 2ª Vara Federal, foi considerado procedente na 1ª instância - favorável aos servidores - e aguarda julgamento de recurso no TRF.*

## GDACT

### Quando serão pagos os atrasados ?

Os atrasados dos exercícios anteriores dependem de previsão orçamentária devendo ser pagos no próximo exercício, independente de precatório por se tratar de mandado de segurança. Os do atual exercício devem ser pagos do mês de janeiro até a data da inclusão efetiva no contracheque em uma única parcela, ainda este ano.

## GDACT

### Quem se beneficia ?

Todos os servidores aposentados e pensionistas que assinaram a listagem geral autorizando a ASFOC a ajuizar ações. Contudo, ainda há a possibilidade de se fazer a juntada de uma nova listagem com quem ainda não assinou. Portanto, assinie com urgência a listagem geral que está na secretaria da ASFOC.

*O processo é o de nº 200202010196059 e teve decisão favorável aos servidores em 2ª instância e aguarda notificação de decisão do TRF.*

As informações foram fornecidas pelo advogado da ASFOC, Arão da Providência.

Os processos podem ser consultados nos sites [www.jfrj.gov.br](http://www.jfrj.gov.br) e [www.trf2.gov.br](http://www.trf2.gov.br). Basta utilizar os números divulgados acima.

## E-mail

*Gostaria de parabenizar vocês pela firmeza nos questionamentos à Presidência da FIOCRUZ, veiculado na matéria do Informativo ASFOC - LEGALIDADE DISCUTÍVEL PAUTA AÇÕES DA PRESIDÊNCIA. Foi um enorme salto qualitativo na postura da Associação.*

*A gestão da FIOCRUZ vem se pautando cada vez mais por um burocratismo interno centralizado e autoritário. Está acometida da síndrome da tecnocracia tucana. E, mais ou pior, serviçal aos governos. Está perdendo a capacidade de pensamento crítico?*

*Tirar alguns direitos e acabar com o contrato da creche é um contraponto para a justificação da formação de "cooperativas"?*

*Antes, o mais interessante seria apresentar ao governo LULA a real forma de gestão de recursos humanos na FIOCRUZ e perguntar a respeito. Acredito que o atual governo se orgulharia da nossa creche e se envergonharia das "cooperativas"!*

*Infelizmente, mais uma vez a DIREH tem como gestores pessoas que tem uma visão limitada do que é política de recursos humanos, e não nos ajuda no enfrentamento desses problemas.*

*Acho que temos que fazer passeatas internas em defesa da creche, por maior transparência e participação na gestão da FIOTEC; painelações pelas condições de alimentação no campus, entre outros...*

**Fatima Pivetta (Ensp)**

*Estava vendo as reivindicações e senti falta de revertermos a injustiça do antigo PCC que se consolidou com o Plano de Carreira em C&T que são as distorções de função/cargo/salário.*

*Sou servidora da Fiocruz com 15 anos de casa. Já entrei desempenhando papel de secretária executiva no Programa PARES/ENSP. Infelizmente a inexperiência me prejudicou. Hoje, graduada em Pedagogia e Especialista em RH em Saúde, atuando na Secretaria Escolar da EPSJV, me sinto como tantos outros companheiros da FIOCRUZ, DESVALORIZADA.*

*Espero que nosso novo governo, mais humano, corresponda às nossas expectativas e espero que nossos companheiros de situações ainda mais gritantes que a minha, tem gente com doutorado, renovem suas forças.*

*Esperamos que a ASFOC esteja com esta pauta na manga para o momento certo, que eu sei deve existir. Espero que este momento chegue!*

**Geisa Leal (EPSJV)**

*Vocês acreditaram, o apoiaram e votaram nele!*

*Agora resolvam!*

*"O diabo sabe, não é por ser diabo mas porque é velho"! [Martin Fierro]*

**Maranhão (Ensp)**

*(Sobre a matéria "Legalidade discutível pauta ações da Presidência", Informativo ASFOC de 26/03)*

*Creio que a FIOCRUZ deveria utilizar o Abono como premiação efetiva àqueles que cumprem devidamente suas cargas horárias. Assim, em contrapartida a proposta de manutenção do ABONO, deveria comprometer-se com uma alternativa adequada de controle de presença capaz de validar o prêmio.*

**Keyla Marzochi (Diretora do IPEC)**

*Devemos ser firmes em nossas críticas ao Governo Federal. Como petista filiada, depusí grande expectativa no nosso presidente Lula, mas agora, quando demonstra total descaso ao seu próprio funcionário, começo a ficar decepcionada. Direcionar, depois de oito anos sem aumento salarial, um reajuste de 1%, equivale a desrespeitar nosso trabalho e nossa cidadania.*

**Tania Fernandes (COC)**

*Apoiado! Já estamos cansados de tantas perdas! O documento que está circulando da DIREH é uma punhalada em nossas costas.*

**Leila Bezerra (INCQS)**

*(Sobre o corte do Abono de Incentivo à Frequência Integral)*

## Reativação da Rádio Manguinhos



**TEMOS** uma nova oportunidade de retomar a Manguinhos FM, ampliando sua base de sustentação. De uma rádio sindical passar a construção de uma rádio comunitária verdadeiramente. Capaz de amplificar a voz e as idéias dos trabalhadores da Fiocruz certamente, mas também da população que pretende e pode alcançar.

Ao colocar no ar a Manguinhos FM, em 1995, a ASFOC reforçou o Movimento de Rádios Comunitárias e a pressão da sociedade pela democratização dos meios de comunicação. Começamos com uma fórmula simples: música e notícias, "uma onda sin-

dical". Depois, investimos em uma estrutura melhor, produzindo programas em parceria com servidores animados pela idéia de divulgar o trabalho que realizamos nas diversas Unidades da Fiocruz.

Foi então que fecharam a rádio, apresentando os mesmos falsos argumentos que repetidamente foram (e, espantosamente, mesmo com Lula, ainda continuam sendo) utilizados para fechar outras rádios livres. Com a experiência política e jurídica da ASFOC em tantos anos de luta sindical, conseguimos uma liminar, que nos tornou talvez a primeira emissora livre a transmitir

com amparo legal no Rio de Janeiro. Mas logo vieram policiais federais, lacraram e levaram nossos equipamentos de transmissão.

Nosso estúdio e equipamentos foram utilizados por grupos e iniciativas do movimento popular e até institucionais. Mas não teve jeito, a Manguinhos FM está fora do ar desde 1998. O pedido de concessão protocolado na Anatel, naquele ano, ficou anos parado, até ser arquivado no ano passado.

Impulsionados pelo interesse do Progra-

ma Fiocruz Saudável em divulgar seus projetos e atividades pelo rádio, já realizamos algumas reuniões para reativar a Manguinhos FM e cada vez mais gente de dentro e de fora da Fiocruz participa. As transmissões experimentais devem começar em junho, inicialmente, via internet, enquanto elaboramos o novo projeto e lutamos pela concessão de RadCom em FM.

Se você tem idéias e vontade de fazer rádio, participe da próxima reunião:

**Dia 16 de maio, às 10 horas na ASFOC**

## ASFOC comemora 25 anos

**NO ANO EM QUE A ASFOC** comemora 25 anos, a luta pela valorização de servidor e pela qualidade no serviço público é a preocupação número um da entidade. Imbuída na defesa dos direitos que o Governo Federal pretende retirar com a Reforma da Previdência e contra esse irrisório aumento de 1% no salários, a Associação compreende que esse não será um ano fácil. Porém, um quarto de século é uma data que tem que ser comemorada e, para tanto, um novo out door (abaixo) já está fixado na Avenida Brasil. Também um folder comemorativo já está circulando, é parte de uma campanha para trazer novos companheiros para a luta como associados da ASFOC. Muitas outras novidades estão por vir.





## Pesquisadores da Fiocruz encontram miséria nos quilombos da Amazônia e buscam solução no Fome Zero

Perto da comemoração dos 115 anos da libertação de milhões de negros, depois de séculos de aviltamento, certas realidades parecem não mudar. A prova disso é o que foi descoberto na expedição científica da Fiocruz a seis quilombos do município de Santarém, no Pará, entre 10 e 15 de março - projeto da pesquisadora visitante Ana Felisa Guerrero, encampado pelo diretor do Centro de Pesquisa Leônidas e Maria Deane (unidade da Fiocruz em Manaus), Luciano Toledo, e pela pesquisadora da Coordenação Regional de Brasília (Coreb/Fiocruz), Denise de Oliveira e Silva. As primeiras impressões foram estupefadoras, segundo eles. No no quilombo Arapemã uma família inteira que não comia há mais de uma semana. Mais grave ainda, cerca de metade das crianças daquela comunidade estão desnutridas, um nível só encontrado em países africanos no mundo.

Os quilombos são comunidades muito frágeis e correm o risco de desaparecer. Nessa entrevista ao Jornal da ASFOC os pesquisadores revelam entusiasmados e emocionados, como pretendem contribuir para preservar o presente e assegurar o futuro dos quilombos brasileiros.



### Como surge a idéia do projeto? Você tem alguma experiência anterior com povos quilombolas?

**Ana Felisa** - Eu sou colombiana, sou uma mulher negra, nasci em uma comunidade de afro-colombianos. Tinha idéia de tocar um projeto na área em comunidades negras e a procurar saber onde haviam essas populações dentro da Amazônia e se poderia começar um projeto com elas. A gente começou a fazer alguns estudos e, digamos, elegeu como primeira instância os seis quilombos de Santarém.

### Quantas comunidades quilombolas existem atualmente?

**Luciano** - Não se tem ainda identificadas todas, mas a Fundação Cultural Palmares identificou, só no estado do Pará, 58. Tem uma imensa no Amapá. Não esquecendo que existem comunidades espalhadas por todo o Brasil. Eu fiz um cálculo aproximado e imaginei que se mantiver aquela proporção que está ali (Pará), juntando com o Amapá, são cerca de 95 mil quilombolas no Amazonas.

### Qual foi o objetivo dessa expedição?

**Luciano** - Esta expedição foi de caráter exploratório, nós fomos ver e estabelecer um primeiro contato da Fiocruz com as comunidades e suas lideranças. Então não fizemos nenhum tipo de intervenção sobre a população. Nós fomos, na verdade, para ver o que está acontecendo e o resultado nos deixou extremamente perplexos. Algumas comunidades, particularmente as de terra firme, são caçadoras e coletoras dos recursos existentes na Amazônia, como as populações pré-colombianas. Elas não têm praticamente renda nenhuma. Eles incorporaram a cultura indígena na sua inter-relação e se ajustaram. Hoje, os hábitos alimentares delas são típicos das populações caboclas da Amazônia: farinha, peixe e frutas.

### O que mais lhes surpreendeu?

**Luciano** - Uma comunidade nos surpreendeu bastante, nos deixou extremamente emocionados, revoltados, com a situação aviltante que encontramos sob o ponto de vista social, particularmente, do componente nutricional e alimentar: a comunidade de Arapemã.

**Denise** - Primeiro a gente se deparou com um depoimento da agente de saúde que dizia que 50% das crianças eram desnutridas. Eu falei com o Luciano: "Olha, esse dado ou é verdadeiro e nós temos que verificar, ou ele está equivocado porque esses dados só se encontram em países africanos, hoje". Fomos lá e pedimos para ela mostrar uma família, numa localidade de 56 famílias. Não vou negar que eu desconfie, que eu não esperava encontrar um índice desses.

### Esse o índice é tão absurdo para o Brasil?

**Denise** - Sim, sobretudo na Região Norte. Porque se sabe que nesta região eles têm a natureza que dá um certo grau de proteínas, de nutrientes. A gente foi conhecer uma

família e encontrou todas as crianças desnutridas. Eram oito. Embora não tivéssemos balança, antropômetro, mas pelo fato de sermos médicos e nutricionistas, vimos que a estatura era baixa. Eles tinham um problema que nós chamamos de marasmo nutricional, que é uma depressão que o ser humano tem quando é exposto a um longo tempo de carência de nutrientes. Essa família estava há uma semana sem comer.

**Luciano** - A mulher estava guardando uma abóbora, para que o momento que fosse oportuno.

### Vocês conseguiram chegar a uma explicação para esta situação?

**Denise** - De maneira muito superficial, é porque eles estão numa área de várzea, que inunda periodicamente e onde não existem recursos da natureza, diferente do que a gente viu nos quilombos da área de planalto.

### Eles não têm nenhuma possibilidade de conseguir alimentos?

**Denise** - Só pela renda. E eles não têm emprego. Eles vivem do peixe. Periodicamente, vendem o peixe e adquirem uma renda mínima. Mas é sempre uma opção perversa, ou compra alimento, ou compra gás, ou compra outra coisa.

**Luciano** - O peixe, para quem não conhece a Amazônia, não dá o ano inteiro. Na época da desova eles entrem por dentro dos igapós, dos igarapés, e desaparecem. Fruta não existe, caça não existe, está tudo alagado, só cobra. E eles não comem cobra. Não é do hábito alimentar deles.



### O governo criou uma Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial e eles vão transformar os quilombos em patrimônio histórico brasileiro. Isso facilita o trabalho de vocês?

**Luciano** - Facilita, e o nosso trabalho, seguramente, vai contribuir para os objetivos desse ministério.

**Denise** - Eu acho que você dá um grau de proteção social do ponto de vista da terra e de demarcação cultural, mas eu não sei se ela vai dar conta de estar trabalhando questões de ordem social como a ausência de saneamento e de uma outra série de fatores.

### No relatório, vocês fazem uma espécie de raio-x das condições de infra-estrutura dessas comunidades. Apesar de extrapolar sua área de atuação específica, o que vocês estariam propondo para resolver isso emergencialmente e a médio e longo prazo?

**Luciano** - Estamos trabalhando numa perspectiva de uma proposta de atuação através da nossa área, uma perspectiva de desenvolvimento social mais justo da comunidade na sua totalidade. Imbuídos de um olhar holístico que a gente tem do

problema, resolvemos catalisar a solução pela Fiocruz. Fizemos contatos imediatamente. Além do Ministério Público Federal, estive com o Presidente da Fundação Cultural Palmares, do Ministério da Cultura, que se mostrou sensível ao relato e se prontificou inclusive a se incorporar. O Ministério da Saúde montou um grupo de trabalho para discutir investimentos prioritários na Amazônia. Então identificamos e montamos especificamente um grupo discutindo a questão das comunidades quilombolas. Mas avançou-se. A Funasa, a partir da questão catalisada, está com uma proposta de construir os Distritos Sanitários de Quilombolas do Brasil.

### O que são esses distritos?

**Luciano** - São semelhantes aos Distritos Sanitários Indígenas formados pelo Governo Federal, sob a responsabilidade da Funasa. O que a gente está propondo e discutindo é o Governo Federal, através do MS, assumir as responsabilidades históricas pela questão afro, pelos quilombos.



Em algumas comunidades há uma miscigenação elevada, principalmente descendentes de cearenses

### Onde entra o Fome Zero nesse esforço?

**Luciano** - O projeto, no Amazonas, vai ser um projeto piloto para a formulação da política de desenvolvimento mais globalizado do programa Fome Zero na questão das comunidades quilombolas no Brasil. Inclusive, o assessor do Ministério da Segurança Alimentar (Mesa) assumiu que as seis comunidades já estão no Fome Zero. E conseguimos junto com a Funasa total financiamento para as todas as atividades necessárias, sem ônus para a Fiocruz. Ainda estamos querendo trazer dois eixos que são fundamentais. Além do Mesa, do Ministério da Cultura e do MS, o Incra - que tem toda a sua tecnologia na questão da delimitação de terra e na promoção de agricultura familiar - e o Ibama.

### Vocês vão continuar visitando outras comunidades?

**Luciano** - O projeto está pronto para o trabalho em 16 comunidades do Baixo Amazonas, são quatro municípios: Santarém, que nós já fomos, Óbidos, Alenquer e Oriximiná. A proposta está sendo analisada, nesse momento, pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Fiocruz. Estando aprovado, botamos o nosso bloco na rua.

**Ana Felisa** - A partir da aprovação do projeto, vamos fazer o levantamento sócio-demográfico e, a partir daí, o georeferenciamento, o mapeamento, contendo uma questão de nutrição. Ainda está previsto um levantamento sobre saúde da criança, do idoso e sobre a mortalidade deles.